



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

CIDADES NOVAS: A UTOPIA URBANA COMO ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO CAPITALISTA DA
REGIÃO CENTRO-NORTE-AMAZÔNICA

Germana Pires Coriolano (Universidade Federal do Tocantins) - germanapires@uft.edu.br
Graduada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PUC-GO), Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU)

Eduardo Alberto Cuscé Nobre (Universidade de São Paulo) - eacnobre@usp.br
Graduado, Doutor e Livre-Docente em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), Mestre em Desenho Urbano (Master of Arts in Urban Design) pela Oxford Brookes University, Inglaterra. Pós-Doutor e

Cidades Novas:

A utopia urbana como estratégia de expansão capitalista da região centro-norte-amazônica

INTRODUÇÃO

Neste artigo buscaremos a compreensão da dinâmica de estruturação urbana da região centro-norte-amazônica, enquanto espaço de expansão da fronteira capitalista, por meio da análise da implantação das cinco capitais planejadas do Brasil, desde o início do período republicano, compreendendo-as como espaços estratégicos para a organização das atividades capitalistas no território, por meio de uma dinâmica acelerada de ocupação pelo processo de migração fomentado pelo Estado, enquanto estratégia de ocupação do centro centro-norte e da Amazônia.

São inúmeras as pesquisas até a década de 1980 que analisaram a produção do espaço urbano e regional seguindo a lógica do sistema econômico capitalista, no qual a cidade é uma mercadoria, em que grupos sociais disputam o controle do território, segundo os seus interesses (LEFEBVRE, 1974; LOJKINE, 1997; GOTTDIENER, 1993). Incorpora-se a essa discussão teórica a compreensão de que as cidades são fruto deste sistema que se constituiu como um sistema mundo hegemônico que determinou e determina a produção das cidades e de modelos de cidades reproduzidos em todo mundo, incluindo aqui para além dos atores e conflitos locais, interesses globais capitalistas, neoliberais que vão interferir na definição do território. (CASTELLS, [1989] 2009; HARVEY, [1989] 2003; SANTOS, [1996] 2009; BRENNER, 2018).

Partindo do pressuposto de que cada cidade possui uma dinâmica própria e uma realidade única, segundo o seu tempo, o seu lugar/localização geográfica e a sua realidade política e social, por meio da leitura de produção do espaço dos autores pré-relacionados, compreendemos que apesar das especificidades locais e regionais, existe um fator comum que “comanda” a lógica do processo de estruturação do espaço intra-urbano das cidades, que é o modo de produção capitalista, que busca transformar tudo em mercadoria, em uma lógica que atende às necessidades do mercado global.

Buscando compreender a dinâmica regional de expansão capitalista e a produção de novas cidades para atender as necessidades de controle do território especificamente com o objetivo de ocupação da região norte-amazônica, nos colocamos as seguintes questões: Em que medida as cidades planejadas, “plantadas” no centro do Brasil, como estratégia para ocupação e desenvolvimento regional, se diferem das demais cidades brasileiras? Compreendendo as cidades enquanto lócus de reprodução do sistema capitalista, seriam essas novas cidades mais um laboratório para expansão deste sistema?

A REGIÃO CENTRO-NORTE-AMAZÔNICA COMO FRONTEIRA

Para compreender a história de ocupação da região que estamos denominando de “centro-norte-amazônica” é importante considerar que antes da “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas, várias marchas marcaram a ocupação do território central do país. Segundo Chaul:

Foram várias as marchas que abriram caminhos, renovaram fronteiras e estabeleceram marcas. Primeiro vieram os bandeirantes, desbravadores de terras, ávidos por ouro, dizimadores de índios. Abriam picadas na mata quase virgem, colecionaram doenças, inventaram roças de sobrevivência e chegaram à terra dos índios goyazes (CHAUL, 2000, p. 113).

A ocupação da região central do país, por povos não originários, remonta ao final do século XVI, com as expedições bandeiristas. Uma história que reproduz o processo de chegada dos portugueses ao Brasil no início daquele século e a continuidade da colonização no seu interior. Os bandeirantes buscavam ouro e mão de obra indígena, dessa forma, escravizaram indígenas e dizimaram várias aldeias, observou-se neste período a extinção de inúmeras etnias. Em suas expedições, se apropriaram de grandes áreas que eram ocupadas pelos povos originários, este marcava o início do processo de divisão territorial do país, com a expropriação dos povos nativos e a criação de grandes latifúndios. As terras que anteriormente serviam de forma coletiva ao povo, passaram ao domínio privado de alguns, cedidas como benefício ao “desbravadores” por abrir caminhos para a ocupação e dominação deste território (BERTRAN, 1988; CHAUL, 2000; MORAES, 2006).

Segundo Moraes (2006), a política de urbanização das novas terras fazia parte do projeto de colonização da Coroa Portuguesa. O regime de capitânicas tinha como objetivo a ocupação e a urbanização de terras para a criação de cidades e vilas que pudessem se tornar “centros de controle regional”. Essa era a estratégia do Reino de dominação, colonização e controle dos povos originários. Esse processo de ocupação se intensificou no final do século XVII, após a descoberta das minas e a formação dos primeiros arraiais às margens de rios propícios à mineração. Para Bertran (1988, p.27) “a própria urbanização é determinada por um processo de estabilidade social. Se os primeiros arraiais não passavam de choupanas aglomeradas em torno de lavras esparsas, os estabelecimentos de meados do século XVII eram vilas organizadas”.

Já no fim do século XVIII, com o declínio da mineração, inicia-se o desenvolvimento das atividades agropecuárias nas proximidades de rios e córregos. Os mineiros, sem a produtividade das minas, se apossaram de áreas próximas aos antigos centros mineradores para se dedicarem à lavoura e à pecuária. Esse processo gerou uma intensa crise econômica, que só foi superada com a união dos interesses mercantis à produção agropecuária. De acordo com Chaul (2000) a pecuária foi a principal atividade deste período, chegando a abastecer alguns mercados do Centro-Sul e do Norte-Nordeste do Brasil, ele argumenta que era única possibilidade de abertura de fronteiras econômicas, uma mercadoria autotransportada, podendo romper as barreiras que a distância e a falta de infraestrutura impunham à distribuição do produto. De acordo com Bertran (1988, p. 43) “a economia agrícola surge como um

regime de transição entre a economia mineradora e a economia de exportação pecuária”.

Dessa forma, inicia um processo de articulação dessa região central do país ao mercado capitalista, e é a partir deste contexto que inicia a distribuição de terras pelos representantes do rei, em troca de lealdade política, propiciando a formação de grandes latifúndios e a definição da estrutura fundiária da região centro-oeste. Segundo Moraes (2006) no fim do período colonial a estrutura fundiária estava marcada pelo latifúndio e pela posse de terras, em sua maioria essas duas características estavam presentes simultaneamente.

Com o desenvolvimento do processo de ocupação das terras próximas às vilas e aos caminhos, restava aos “despossuídos da sorte” penetrar no sertão sem fim, no intuito de estabelecer sua posse ou de se agregar a um senhor em sua propriedade. Para o proprietário, era de extrema valia esta relação de trabalho, entre outros fatores, pela carência, cada vez maior, da força de trabalho escrava e pelo controle exercido no mundo do trabalho. (CHAUL, 2000, p. 121).

Estas sagas de ocupações continuam no início do século XX, intensificadas pela chegada dos trilhos e as conseqüentes relações comerciais decorrentes. A expansão da malha ferroviária e viária beneficiou principalmente a região sul de Goiás e a do Mato Grosso, assim, a expansão agropecuária e a infraestrutura delineavam o início do processo de intensificação da ocupação, que se concretiza com a construção de Goiânia na década de 1930.

Destacou-se, nos anos 30, o crescente interesse do Governo Federal na ocupação capitalista da Amazônia. Dentro da Marcha para o Oeste, Goiânia era o símbolo desse Brasil grande, do novo, do progresso, que levava o estado de Goiás a sair do marasmo político-econômico, além de representar o novo tempo que se estruturava nos horizontes nacionais (CHAUL, 2000, p. 123).

O início do século XX é marcado pela crise do sistema capitalista de 1929, segundo Bertran (1998), a crise influenciou diretamente o processo de desenvolvimento do país, provocando “a emergência do processo urbano-industrial de substituição de importações, ocupando a posição do antigo complexo primário-exportador” (BERTRAN, 1998, p.89). Neste período, se destaca o forte interesse do governo federal pela ocupação e pela exploração da região amazônica, aliado a um discurso nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas, com a ideia da “Marcha para o Oeste”, lançada oficialmente em 1938, mas que já estava em andamento, com a construção de Goiânia em 1933, uma capital para coordenar a vida política e estimular a econômica, símbolo da modernidade e ruptura com o passado e a ideologia agrícola.

Mas é no século XX (quatro séculos após a chegada dos portugueses), sobretudo a partir de 1930, que a ocupação e o desenvolvimento da região Amazônica ganham ênfase como movimento expansionista. A ocupação do Centro-Oeste marca o andar em direção ao centro-oeste-norte para a interiorização do país. (MORAES, 2006, p. 77)

Dessa forma, o século XX, principalmente a partir da década de 1930, marca o início da implantação de políticas públicas de desenvolvimento regional voltadas para a ocupação da região centro-norte-amazônica brasileira, com o objetivo de incorporá-la à dinâmica de expansão do mercado capitalista. Para compreender a estratégia de ocupação desta região enquanto fronteira, recorreremos à leitura da geógrafa Bertha Becker ([1982] 2015), que ao analisar

a estrutura espacial e o desenvolvimento desigual do Brasil na década de 1970, considera que o padrão que determina as diferentes regiões segue a lógica “centro-periferia”, onde o centro determina o desenvolvimento da periferia numa relação de “autoridade-dependência” exercida pelas grandes cidades em função principalmente do desenvolvimento tecnológico.

É o dinamismo do “centro” que comanda o sistema espacial, no qual a periferia se integra sob formas diversas. A diversidade da periferia decorre de sua acessibilidade ao “centro” e de suas características estruturais, que a tornam mais ou menos apta a absorver inovações e a sofrer efeitos de drenagem. (BECKER [1982] 2015, p. 30)

A autora supracitada classifica as regiões em quatro categorias segundo a sua interação espacial: a primeira é denominada como região “*periférica dinâmica ou em desenvolvimento*”, concentra nessa região grande parte da região sudeste e maior parte da região sul do país, tendendo a incorporar parte da região sudeste do estado de Goiás. São regiões mais acessíveis ao “centro” e portanto com maior possibilidade de acesso e absorção das inovações, com um processo de crescimento econômico rápido, possui uma rede logística de transportes mais desenvolvida, com ligações aéreas, rodoferroviárias e marítimas, uma rede urbana estruturada, com um grande número de cidades médias e um processo de industrialização proveniente de capitais locais e estrangeiros (BECKER [1972] 2015, p. 30-31).

A segunda região identificada é considerada como *região periférica de lento crescimento*, região de influência do Rio de Janeiro, caracterizada principalmente por uma área pastoril que contorna a “*periferia dinâmica*”, integra essa região, parte do estado de Minas Gerais, a região sudeste do atual estado do Mato grosso do Sul e uma parte da região sul do estado de Goiás.

A terceira região é a “*periférica deprimida*”, constituída principalmente pela faixa ao longo das porções leste e oeste da mata atlântica (principalmente a região nordeste), região que mais sofre a depressão econômica com o impacto do crescimento do “centro”, principalmente de São Paulo.

E a quarta região, que mais nos interessa para compreensão do nosso objeto de estudo é a “*Fronteira de recursos ou regiões de novas oportunidades*”. De acordo com Becker (2015), no período analisado (década de 1970), mais da metade do território nacional não se encontra ainda economicamente incorporado ao sistema espacial” (IDEM, IBIDEM, p. 35). Essa região envolve parte significativa do Centro-Oeste, pedaço do Maranhão e praticamente toda a Amazônia. A autora considera que “em virtude do alto valor de seus recursos naturais e do seu despovoamento, é mais capaz de absorver inovações e atrair efeitos de difusão do que de perder recursos sob efeitos de drenagem” (IDEM, IBIDEM).

Na visão de Becker, essa região de baixíssima densidade era considerada como um “espaço livre” para a expansão capitalista, diferente das demais regiões que já estavam ocupadas e por esse motivo foi fruto de políticas de desenvolvimento regional para promover a sua ocupação. Sobre o olhar da pesquisadora, Oliveira *et al* (2020) três fenômenos chamavam a atenção para o centro-norte-amazônico.

O *primeiro* deles dizia respeito ao conjunto das políticas públicas de desenvolvimento regional, especialmente do Governo Federal, frente ao seu conteúdo e seus objetivos. O *segundo fenômeno* diz respeito

às contradições dessa região, especialmente a materializada no Norte e expressa na potencialidade natural *versus* baixa densidade demográfica *versus* dificuldades físicas de assentamento e transportes terrestres *versus* conjunto dos investimentos. Por fim, o *terceiro fenômeno* diz respeito ao interesse do capital internacional em investir no Brasil em commodities e minérios e a indução desses investimentos pelo Governo Federal, via políticas públicas, para essa região. (OLIVEIRA et al, 2020, p. 78)

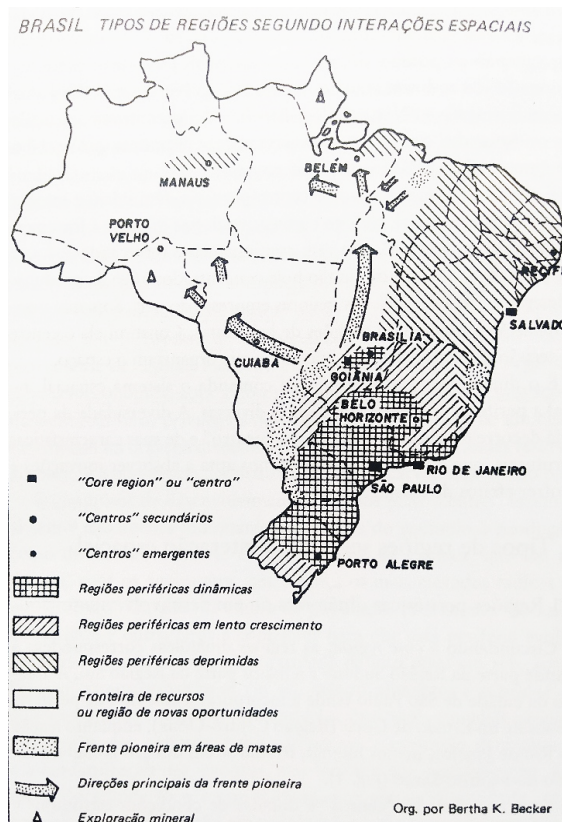


FIGURA 1: REGIONALIZAÇÃO DO BRASIL SEGUNDO INTERAÇÕES ESPACIAIS
 Fonte: BECKER [1982] 2015, p. 29

Para Milton Santos ([1993] 2009) essa região passou por um processo de ocupação disperso e tecnicamente fragmentado. Para o autor

o movimento de descentralização torna-se irresistível, com os fenômenos de “fábrica dispersa” e de “fazenda dispersa”, que atinge muitas zonas e pontos longínquos do território nacional, desse modo envolvidos pelo nexo da modernização capitalista. É desse modo que o país vai conhecer uma ocupação periférica. A decisão geopolítica de estimular a industrialização em diversas regiões e de ocupar o território com projetos de colonização teve influência relevante nesse processo, mas o próprio mercado jogou papel fundamental viabilizado pelas novas infra-estruturas de transportes e de comunicações, assim como pela superestrutura dos mecanismos reguladores, sob o comando do Estado e dos agentes hegemônicos da economia, através, sobretudo, dos intermediários financeiros (SANTOS, [1993] 2009, p. 47).

A colonização dessa ampla região, que até então tinha uma ocupação de baixíssima densidade, por meio de um processo fragmentado, provocou desigualdades regionais e disparidades territoriais, o espaço nacional se dividiu

entre, aqueles “regidos pelos automatismo técnicos e sociais próprios à modernidade tecnicista e áreas onde esses nexos estão menos, ou quase nada, presentes”(IDEM, IBIDEM, p. 51), estabelecendo novas hierarquias entre regiões de alto nível de conhecimento técnico-científico e regiões desprovidas deste conhecimento, “regiões do mandar e regiões do fazer”. Neste contexto, aumentam substancialmente o número de cidades, com a concentração de uma população que vive da agricultura, mas mora nas cidades. “A cidade torna-se *locus* da regulação do que se faz no campo” (IDEM, IBIDEM, p.56).

Sob essa leitura, o que podemos observar é que as cidades que crescem nesta região, principalmente após a implantação de políticas de desenvolvimento regional e de redes de infraestrutura, contém características diferenciadas em seu processo de formação. Surgem segundo Santos, em “regiões agrícolas”, tendo como principal atividade econômica a agropecuária e neste contexto, o processo de produção deste espaço é voltado ao interesse deste mercado, “nas *regiões agrícolas*, é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano (sobretudo nos níveis inferiores da escala), enquanto nas *regiões urbanas* são as atividades secundárias e terciárias que tem esse papel” (IDEM, IBIDEM, p. 76).

A articulação desta região à dinâmica capitalista globalizada é um fenômeno recente, fato que acentua as desigualdades regionais, principalmente pelo processo de exclusão e expropriação das comunidades tradicionais e dos trabalhadores do campo, de suas terras, e substituição das técnicas tradicionais, por aquelas “modernas”, incorporando as tecnologias, articulando essa região à dinâmica do “centro” e ao “meio técnico-científico-informacional”, na era globalizada das finanças do *sistema-mundo* capitalista.

É importante observar que a criação de fronteiras para expansão do sistema capitalista é uma das principais estratégias para manutenção e perpetuação desse sistema. Para Harvey (2006), baseado na análise de Marx, o capitalismo tende a produzir barreiras ao próprio sistema, estabelecendo crises cíclicas, que são endêmicas ao processo de acumulação capitalista. Estas diversas manifestações de crise (desemprego, subemprego, excedente de capital, falta de oportunidades de investimento, taxas decrescentes de lucro e falta de demanda de consumo para absorção dos produtos excedentes) tendem a superacumulação, que segundo o autor, tem a função de estabelecer “ordem e racionalidade no desenvolvimento do sistema capitalista”, forçando à “criação de condições apropriadas para a renovação da acumulação” visando sustentar o sistema (HARVEY, 2006, p. 46-47).

Dessa forma, as crises tendem a aumentar a produtividade da mão de obra com o uso da tecnologia; diminuir o custo da mão de obra, em função do desemprego, uso do excedente de capital em novas linhas de produção e aumentar a demanda de consumo de produtos. Para aumentar a capacidade de absorção dos produtos, a análise do autor supracitado, sugere as seguintes estratégias:

- 1) A penetração do capital em novas esferas de atividade mediante (1) a organização de formas preexistentes de atividade ao longo de linhas capitalistas (por exemplo, a transformação da agricultura de subsistência do camponês em agricultura empresarial), ou mediante (2) a expansão dos pontos de troca dentro do sistema de produção e a diversificação da divisão do trabalho (novos especialistas empresariais

surgem para cuidar de determinado aspecto da produção, antes exercido dentro da própria fábrica ou empresa).

2) a criação de novos desejos e novas necessidades, desenvolvendo novas linhas de produção (os automóveis e os bens eletrônicos são excelentes exemplos do século XXI) e a organização do consumo para que se torne “racional” em relação ao processo de acumulação (...)

3) A facilitação e o estímulo para o crescimento populacional num índice compatível com a acumulação a longo prazo (...)

4) A expansão geográfica para novas regiões, incrementado o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou “o mercado mundial”. (HARVEY, 2006, p. 47-48)

Para compreender os fatores que influenciaram na ocupação da região que estamos analisando, nos interessa compreender principalmente a estratégia do item 4, citada por Harvey, que prevê a *expansão geográfica*, por meio do investimento em espaços que possam proporcionar novas oportunidades de acumulação, provocando uma reestruturação espacial. Para Harvey, a expansão geográfica, articulada às demais estratégias de *intensificação das atividades sociais – desejos, necessidades sociais, etc.* (três primeiros itens), estrutura o processo de acumulação capitalista, e garante a manutenção deste sistema, com o objetivo de superar as suas próprias contradições. “Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a sua acumulação” (HARVEY, 2006, p. 64).

Incorporado à criação de novas frentes de expansão, observa-se que o modo de produção capitalista do espaço busca reduzir os custos de produção para otimizar a acumulação e dessa forma a implantação de tecnologias, bem como o aperfeiçoamento dos meios de transporte e locomoção e da comunicação são essenciais para a superação das barreiras espaciais e assim reduzir o tempo de circulação das mercadorias. “A necessidade de minimizar o custo de circulação e o tempo de giro promove a aglomeração da produção em alguns grandes centros urbanos, que se tornam as oficinas da produção capitalista.” (HARVEY, 2006, p. 52).

A localização racional das atividades capitalistas proporciona, assim, a redução “espaço-tempo” para minimizar o custo do transporte de produtos, o que ocasiona a concentração de população e de capital em “cidades polo”, estabelecendo um sistema centro-periferia, que surge a partir da relação dialética entre concentração e expansão geográfica do capital, processo que não é livre de contradições e se consolida com a transformação da paisagem e da estrutura espacial, com a implantação de estruturas de transporte, instalações fabris e outros meios de produção e consumo. Dessa forma, a localização é fundamental para garantir o processo logístico de escoamento da produção, o que mais adiante nos proporcionará uma análise da estratégia de desenvolvimento regional na qual a criação do Estado do Tocantins e sua capital Palmas-TO estão inseridos.

O Brasil, a partir da metade do século XX, observa um dinâmica urbana muito intensa, oriunda de um processo de industrialização tardio, os grandes centros tornam-se metrópoles, enquanto a região central do país, como já mencionado, inicia um processo de implantação de políticas regionais definidas para ocupação da região amazônica, mais especificamente em 1966, no governo

militar. Segundo Martins (2009), o programa de ocupação da Amazônia tinha como objetivo acelerar o processo que vinha ocorrendo espontaneamente, além de definir as características e controlá-lo.

Observa-se que a expansão capitalista dessa fronteira, pelo Regime Militar, foi baseada em repressão, violência e privação da liberdade, um modelo de ocupação concentrado, que privilegiou as oligarquias agrárias existentes e incorporou novos proprietários de terra, com a instituição de incentivos fiscais e a doação de 75% do capital necessário para o investimento em novos empreendimentos, por outro lado, os camponeses e comunidades tradicionais que viviam naquelas áreas foram expulsos ou reduzidos substancialmente e substituídos pelo grande latifúndio moderno, vinculado a poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros.

Por meio das frentes pioneiras, estabeleceram-se as “condições” para a exploração capitalista, provocando a reestruturação do espaço, e o estabelecimento de uma nova rede urbana, com o início da consolidação de pequenas e médias cidades que se estruturaram a partir deste contexto, especialmente entre as décadas de 1980 e 2010. A estrutura espacial se transformou, principalmente por meio da implantação de novas rodovias, principalmente a Rodovia Belém-Brasília, que concentrou a população em suas margens, dando origem a novas cidades e dinamizando as pré-existentes, consolidando novas centralidades, como espaços para concentração e expansão do capital, conforme descreve Harvey.

CIDADES NOVAS: A UTOPIA URBANA E A ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO CAPITALISTA

Entendemos que o objetivo da criação de cidades-capitais artificiais no centro do Brasil se constituiu como uma estratégia chave para a organização do Estado, para o controle político do território e conseqüentemente para expansão capitalista. Passada a fase econômica da mineração e posterior mecanização do campo, as cidades precisavam absorver a população e concentrar nela, bem como controlar, o excedente de capital e de mão de obra. Enquanto o processo de modernização do campo expulsa os camponeses das áreas rurais e ao mesmo tempo os fazendeiros se ascendem economicamente, as cidades planejadas se apresentam como o lócus de moradia para esses trabalhadores camponeses e para a elite agrária brasileira, enquanto símbolo da modernidade e da utopia urbana em um Brasil rural.

As capitais se erguem para o capital. São racionalização administrativas e burocráticas do Estado que se impõe na lógica do capitalismo. São espaços que permitem organizar o jogo político, são palcos do aplauso dos oportunistas de plantão, mas também perspectivas que se abrem rumo a modernidade (CHAUL, 2000, p. 123)

As cidades novas são produzidas na intenção de ruptura com o passado, com o colonialismo, e com o discurso da conquista de um futuro moderno e próspero, sem contudo, romper com as mesmas práticas coloniais, mantendo a cultura política de favor, a do Estado patrimonialista, com a manutenção do poder de decisão da elite dominante (MORAES, 2006; MACHADO, 2011). A cidade, enquanto lócus de produção capitalista, se comporta também como produto

deste sistema. A ideia da cidade planejada se constituiu enquanto um produto a ser vendido, um produto advindo dos modelos europeus, com a importação de pensamento urbanístico moderno.

Ao explicar a teoria de acumulação de capital de Luxemburg (1968) Harvey (2006, p.58) relata que “o espaço novo para acumulação que o capitalismo tem de definir existe apenas sob a forma de sociedades pré-capitalistas, que proporcionam mercados virgens para a absorção do que é tendência permanente à superprodução de mercadorias sob o capitalismo.” O autor continua a sua análise, baseado em Marx, afirmando que “a tendência histórica do capitalismo é destruir e absorver modos não capitalistas de produção, ao mesmo que os utiliza para criar espaço novo para a acumulação de capital.”

Neste contexto, as cidades artificiais, criadas a partir de modelos urbanísticos europeus, se constituem como portas de entrada para reprodução do sistema capitalista, para a absorção do excedente de capital e concentração do excedente de mão de obra. São centros urbanos novos, criados com diferentes objetivos, segundo o momento histórico, mas com o objetivo de ser o centro do poder, das decisões, do controle sob o território, a economia e a sociedade.

A criação de cidades novas é tradição presente na história do Brasil desde o período Colonial, passando o Império (1822-1889), dentre elas estão as cidades de Salvador (1549), João Pessoa (1585), São Luís (1612), Recife (1637), Macapá (1738), Teresina (1852) e Aracaju (1855). Segundo Trevisan *et al* (2017), o país possui mais de duzentas e quarenta cidades novas, projetadas e construídas nos últimos cento e vinte anos (TREVISAN, 2009). Foram cidades construídas com objetivos distintos, segundo seu tempo e vocação econômica regional, mas ao mesmo tempo, com o objetivo comum de buscar o desenvolvimento e a ocupação de territórios até então povoados, principalmente por povos nativos. Fato que funcionou como "catalisador" do processo de urbanização levando à acelerada inversão da população rural para majoritariamente urbana em um curto período de tempo.

Dentre essas inúmeras cidades criadas, após a proclamação da República, cinco foram planejadas para se tornarem capitais, sedes do poder administrativo regional e representação do poder central no vasto território brasileiro. Foram elas: Belo Horizonte (MG) em 1897; Goiânia (GO), em 1933; Boa Vista, era uma pequena vila e passou por uma reestruturação urbana radical para ser a capital do Território Federal do Rio Branco em 1944, atual estado de Roraima; Brasília em 1960, projetada para ser a capital federal do Brasil; e a última: Palmas em 1989, a capital do Estado do Tocantins, criado a partir da Constituição Federal em 1988 (como detalharemos a seguir).

Do Brasil República até meados da década de 1960, de acordo com a periodização caracterizada por Leme (1999) apud Oliveira (2016), foram três momentos significativos do urbanismo Brasileiro:

- a) 1895 a 1930 melhoramentos nas cidades mais importantes; necessidade de saneamento; alusão aos projetos europeus ocorridos anteriormente, com ênfase na estética redefinindo áreas centrais por meio de novos alinhamentos e abertura de vias. Ressalta-se que nesta fase criou-se Belo Horizonte;

b) 1930 a 1950 planos totalizadores de cidades com proposta de articulação entre bairros, centros e extensão da malha urbana através de sistema de transportes, definição de zoneamentos e legislação de uso e ocupação do solo, além de organização da estrutura administrativa municipal voltada ao planejamento urbano nas principais cidades brasileiras. Passou-se de “melhoramentos” para “urbanismo”. Destaca-se a criação de Goiânia;

c) 1950 a 1964 planos regionais que vieram em resposta a preocupações com a significativa migração campo-cidade e o processo crescente de urbanização. Nessa época, deu-se a criação de Brasília (Oliveira, 2016, p. 99-100)

A criação de *cidades novas*¹ no Brasil é parte do processo histórico-cultural de formação das cidades brasileiras, tendo origem ainda no século XVI, a partir da colonização portuguesa. A primeira capital do país, Salvador, fundada em 1549, teve seu projeto desenvolvido em Lisboa, construída pelos colonizadores em uma área mais alta da cidade, protegida por muralhas, com o objetivo organizar e controlar o novo território colonizado, para além da proteção da realeza. Obviamente, em pouco tempo, outra cidade cresceu fora da muralha, na cidade baixa, onde desenvolvia-se as atividades ligadas ao comércio e circulação de mercadorias (TREVISAN, 2009). Séculos depois, em diferentes conjunturas observa-se a continuação dos mesmos processos, até os dias atuais, a “importação” e reprodução de ideias e projetos urbanísticos são frequentes nas intervenções urbanas das cidades brasileiras, criando espaços destoantes da realidade e da cultura local.

É certo que a ideia de se criar novas cidades e uma nova cultura urbana era uma utopia no Brasil majoritariamente rural, com uma economia baseada na agricultura e na mineração. Os idealizadores das novas cidades tinham como premissa proporcionar maior qualidade de vida para as pessoas e o urbanismo, enquanto ciência, teria a capacidade de transformação do espaço e da sociedade.

Além de Salvador, várias cidades brasileiras foram produzidas a partir do processo de colonização, contudo o processo de industrialização foi o maior indutor da urbanização. Antes do período da República, o país tinha alguns núcleos urbanos dispersos e “incipientes”. As condições das cidades eram extremamente precárias, com a ausência total de saneamento. Segundo Goulart Reis (2000) *apud* Moysés:

Ao encerrar o regime monárquico no Brasil, em 1889 (pouco mais de um ano após a abolição do sistema de trabalho escravo), mesmo as principais cidades brasileiras não dispunham de sistemas regulares e aperfeiçoados de abastecimento de água e de energia e careciam dos principais serviços urbanos (2004, p. 53-54).

As intervenções urbanas realizadas no período republicano tiveram um enfoque higienista e estético, baseado principalmente na intervenção haussmanniana em Paris. A ideia era atrair para as cidades a população de

¹ Utilizamos o termo *cidades novas*, conceituado por Trevisan (2009) para caracterizar as cidades que foram construídas a partir de um projeto/desenho inicial, em um território que não possuía características urbanas, ou que estas seriam incipientes e nascem a partir de um desejo, por uma necessidade específica, ou seja, por uma intenção, por meio de projeto realizado por profissional específico, em um sítio determinado e em um tempo definido.

maior poder aquisitivo, que havia se refugiado na zona rural em função das condições precárias que as cidades vivenciavam. Dessa forma, “a modernização das cidades brasileiras nasceu marcada pela exclusão, pela elitização dos espaços e pela destruição dos elementos urbanísticos coloniais” (MOYSÉS, 2004, p.54). Destacam-se os planos de Pereira Passos e de Agache para o Rio de Janeiro no início no século XX, que unia os interesses sanitários, estéticos, à necessidade de estruturação para funções administrativas e econômicas.

Belo Horizonte

A primeira experiência de maior escala foi o projeto de Belo Horizonte, 1897, que tinha por objetivo, além de superar as limitações morfológicas da antiga capital (Ouro Preto), representar o novo símbolo da República, um símbolo de modernidade, um “novo Brasil”. Coordenada pelo engenheiro Aarão Reis, a intervenção urbana, segundo Trevisan *et al* (2017) foi norteadada por três princípios: ordem, funcionalidade e monumentalidade. Para Oliveira (2016) acrescentam a estes princípios os objetivos de salubridade, fluidez e embelezamento. O desenho urbano previa duas malhas quadriculadas sobrepostas a um ângulo de 45 graus, sendo uma com vias de 20 metros de largura a cada 120 metros e a outra com vias de 35 metros de largura a cada 800 metros, incorporando as propostas dos planos de Washington, Paris, Barcelona e La Plata. A estrutura urbana proposta, antes da escolha do local de implantação da cidade, gerou uma série de incongruências entre o traçado urbano e a topografia local (TREVISAN *et al*, 2017; OLIVEIRA, 2016).

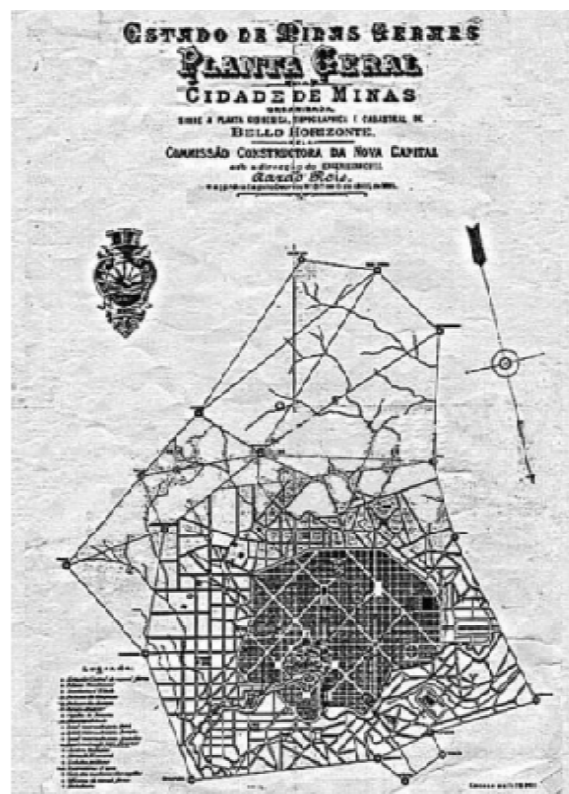


FIGURA 2: PLANTA GERAL DA CIDADE DE MINAS - BELO HORIZONTE - 1895
Fonte: Arquivo público Mineiro *apud* Oliveira (2016)

Segundo Trevisan, (IDEM, IBIDEM) “ao construir uma cidade protótipo pretendia-se criar uma nova sociedade - moderna e organizada”, comandada por uma nova forma de governo – o republicano.” Nos ideais de Aarão Reis o

urbanismo poderia transformar a sociedade, enquanto nova ciência, fomentando melhorias sociais e organizando a sociedade de forma harmoniosa, seria a materialização do planejamento racional e científico. Observa-se a visão da busca de um modelo ideal de cidade que pudesse resolver os problemas da sociedade, na visão de Argan (1998, p. 74), a *cidade ideal*

mais do que um modelo propriamente dito, é um *módulo* para o qual sempre é possível encontrar múltiplos ou submúltiplos que modifiquem a sua medida, mas não a sua substância: dada planta em forma de tabuleiro, centralizada ou estrelar, sempre é possível desenhar o mesmo esquema numa dimensão maior ou menor.

Goiânia

No caso de Goiás, Pedro Ludovico, interventor federal em Goiás, foi o responsável por apresentar os argumentos que levaram à mudança da capital de Vila Boa de Goiás para um novo centro a ser projetado. Segundo ele, a cidade não tinha condições físicas que possibilitassem a expansão, tendo em vista que localizava-se em um vale estreito, entre serras. Além da dificuldade de implantação de infraestrutura para abastecimento de água e esgoto, a capital colonial também não apresentava condições adequadas para implantação das novas ideias políticas para o desenvolvimento de Goiás, baseadas em ideais de um novo Brasil moderno defendido por Getúlio Vargas, para levar a “modernização e o progresso” para o centro do país (MORAES, 2006).

Três décadas após a construção de Belo Horizonte, no início da década de 1930, começa a elaboração do plano de Goiânia, a nova capital de Goiás, em um momento de ascensão do movimento moderno, trazendo para a ideia do projeto a materialização dos ideais de um país moderno difundido por Vargas. A nova capital, seria dessa forma a representação da cidade ideal para abrigar uma “nova sociedade” de um novo tempo que se anunciava, buscando romper com a ideologia do Brasil rural, dos tempos da colônia.

Goiânia foi um verdadeiro laboratório para a implantação do movimento modernista, marco do progresso para o novo estado, no planalto central brasileiro, transformando a paisagem rural do cerrado e funcionando como “ponta-de-lança” para o projeto de interiorização do País. “Com a nova capital de Goiás, o Brasil pôde conhecer as potencialidades do Centro-Oeste. Depois de Goiânia, concretizou-se a ideia de transferir a capital do país do Rio de Janeiro, para o Planalto Central, no seu interior”, marcando o início da intensa ocupação da região sul de Goiás e do projeto de integração nacional, rumo à Amazônia, fortalecendo assim o poder político do Governo Central e o controle do território, com a implantação das novas cidades-capitais e conseqüentemente surgiram novas lideranças políticas para consolidar o projeto de poder local e regional (MORAES, 2006, p. 118).

Concebida com base nas cidades-jardim de Howard, o traçado proposto buscava integrar as áreas de preservação, parques e cursos d’água, com um sistema viário de caráter monumental, convergindo para o centro administrativo. O desenho tinha como fundamentos os projetos de Versailles, Karlsruhe e Washington. As condições geográficas do sítio escolhido pelo Arquiteto Atílio Correa Lima possibilitaram a implantação do projeto modernista, que segundo Graeff *apud* Moraes (2016), tinha em seu núcleo central uma estrutura morfológica similar ao projeto de Unwin para Letchworth (primeira cidade-jardim

construída por Howard em 1903), enquanto o setor sul, projetado por Armando de Godoy se assemelhava a segunda cidade-jardim de Howard, Welwyn (1919) (MORAES, 2006, p. 119).

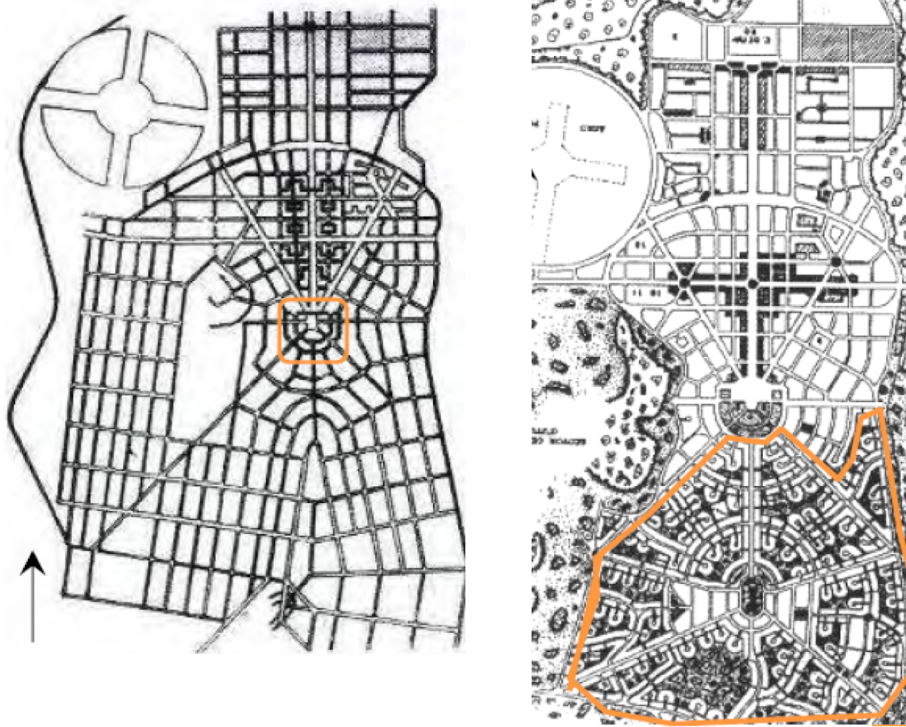


FIGURA 3 (ESQUERDA) – PROJETO DE GOIÂNIA, ARQ. ATILIO CORRÊA LIMA, 1933.
Fonte: Trevisan (2009).

FIGURA 4 (DIREITA) – PROJETO DE GOIÂNIA, ENG. ARMANDO GODOY, 1938.
Fonte: Trevisan, (2009).

O processo de colonização da região centro-norte brasileira durante as diversas expedições, foi marcado por inúmeros projetos com objetivo de abertura de novas fronteiras agrícolas e de exploração dos recursos minerais. Para tanto, foram implantados um série de programas de desenvolvimento como o Prodoeste, Polocentro, Provale, Proterra, Polamazônia, que fomentaram a ocupação e a urbanização dessa região, consolidada principalmente com a construção de Goiânia, Brasília e Palmas, cidades símbolo do processo de urbanização do planalto central.

Boa Vista - RR

No extremo norte brasileiro, tivemos entre a implantação de Goiânia e Brasília a construção de Boa Vista, em 1944, a partir da criação do Território Federal do Rio Branco, no ano anterior (1943), com o objetivo principal de proteção da fronteira com a Venezuela durante a 2ª Guerra Mundial. A cidade de Boa Vista já existia enquanto vila antes de 1944, inclusive tendo sido objeto de intervenção federal e implantação de um projeto ainda no século anterior, mas ainda incipiente para se tornar de fato um aglomerado urbano. O local da antiga

vila, que era habitado por uma população de cinco a dez mil habitantes², foi escolhido para a manutenção do projeto da “nova capital”, tendo em vista que a sua topografia era adequada e o local elevado proporcionaria proteção contra inundações do Rio Branco. Contudo, apesar da localização, considerou-se que o assentamento existente não possibilitaria a implantação da cidade e das novas funções administrativas que ela abrigaria, bem como a projeção de crescimento populacional previsto. Dessa forma, a solução encontrada pela equipe responsável pela implantação da capital foi a de transformar totalmente o espaço, demolindo tudo o que já estava construído para dar lugar ao novo projeto. “Esta foi uma decisão tomada para simbolicamente expressar uma vontade de erradicar o velho, o passado, o precário, para em seu lugar semear o novo, o avançado, em uma palavra, progresso” (TREVISAN *et al*, 2017, p. 10).

A comissão de implantação da nova capital era presidida pelo primeiro governador do território Ene Garcez dos Reis e pelo primeiro prefeito nomeado por ele, Mário Homem de Mello, em junho de 1944. Para a elaboração e implantação do plano de urbanização (1944-1946) foi publicado um edital de concorrência, do qual a empresa do Rio de Janeiro, Riobras Industrial Ltda., foi a melhor colocada sendo contratada para elaboração e execução do projeto, que coordenado pelo engenheiro civil Darcy Aleixo Ribeiro Derenusson e uma equipe multidisciplinar carioca, elaborou os projetos de urbanismo, arquitetura e de infraestrutura. (TREVISAN, 2017; RAMALHO, 2012, VERAS, 2009). A construção de Boa Vista no extremo norte do país, única capital projetada no hemisfério norte brasileiro em um período de tensões em função da guerra e com o governo militar autoritário e centralizador, tinha em sua concepção grande valor simbólico, significava além da ocupação econômica da fronteira, o discurso da proteção do Brasil e da Amazônia. Em entrevista concedida ao jornal local, o engenheiro Darcy Derenusson explica a simbologia do projeto:

Partindo de um centro gerador, busca os confins do norte de nosso território, irradiando a energia de seu povo, como a protegê-lo, Roraima, guardião do Norte. Lembrem-se. Na época em que foi projetada a planta da cidade de Boa Vista (1944-46) estávamos no fim de uma guerra. E já muito antes disso, não poucos olhos gulosos invadiam nossas fronteiras com missões exploradoras e uma variedade de expedientes para se firmarem e ocuparem nossa terra. Mais do que simples radiais, mais do que um simples leque, seria a própria alma brasileira, presente, com o corpo e o coração, para garantir a integridade de nossos limites. É, portanto, o sistema radial o símbolo de união territorial, social, linguístico e ideário do povo brasileiro do Extremo Norte (GAZETA DE RORAIMA [1991] *apud* RAMALHO, 2012, p. 75).

Neste contexto, o novo plano seria implantado, sobrepondo a antiga vila, a proposta urbanística possuía um traçado radial concêntrico, com doze vias que irradiavam de uma grande praça central e cinco avenidas, seguindo um padrão de grelha, com um traçado regulador e monumental. Concentrava na praça

² Segundo Veras (2009) a população da vila era de 5 mil habitantes e o território possuía 15 mil habitantes, contudo Ramalho (2012) relata em sua dissertação, fundamentada no recenseamento que a população de Boa Vista neste período era de 10. 509 habitantes.

central os três poderes (executivo, legislativo e judiciário), da qual as vias radiais proporcionavam perspectivas voltadas para os edifícios administrativos.

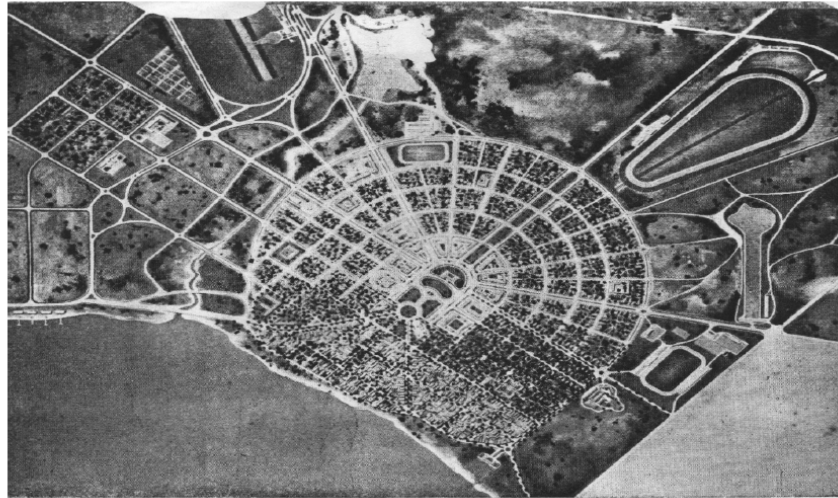


FIGURA 5 – MAQUETE DO PROJETO URBANÍSTICO DE BOA VISTA – 1944
Fonte: Veras, 2009, p. 95

Segundo Veras (2009) o plano foi baseado, a pedido do então governador, no plano de Belo Horizonte e neste contexto, seus princípios urbanísticos se assemelham às cidades jardim de Howard, com estrutura de vias circulares e estrutura viária radiocêntrica, se assemelhando ao traçado de Goiânia, como pode-se observar na Figura 5.

A construção de Boa Vista, esquecida por muitos pesquisadores, teve por objetivo a ocupação da Amazônia preconizada na Marcha para o Oeste, neste caso especificamente com o discurso de proteção, mas aliada ao projeto de expansão capitalista com a introdução do meio técnico-científico na produção agrícola e da urbanização, por meio da construção de uma cidade *ex nihilo* para o controle do território e expansão do poder central. (VERAS, 2009; RAMALHO, 2012 e TREVISAN, 2009)

Brasília - DF

A ideia de transferência da capital do Brasil para o centro do país já era uma ideia que perdurava desde o período do império, tendo sido apresentada à Assembléia Geral do Império por José Bonifácio em 1823, desde esse tempo, segundo Holanda (2002), já se tinha a ideia de que a transferência da capital poderia absorver o excedente populacional da costa, abrir novos caminhos para o mercado, com a construção de estradas que se ligariam às províncias, além de resolver a disputa das províncias pela sede da corte. Durante a República a ideia se perpetuou, sendo prevista em três constituições (1891, 1934 e 1946). Vários estudos foram desenvolvidos desde a primeira constituição republicana para a definição da melhor localização do distrito federal, tendo sido nomeada a Comissão Exploradora em 1892, pelo presidente Floriano Peixoto, conhecida por Missão Cruls. No segundo governo de Getúlio Vargas, em 1953, antes de seu falecimento, o Congresso Nacional autoriza a realização dos “estudos definitivos” para localização da nova capital, que culminou no estudo de diversas áreas analisadas pela consultoria. Os estudos realizados confirmaram a escolha de uma área que já tinha sido pré-indicada no século anterior, ainda no período

imperial pela *Missão Cruls*, foram revisados e referendados, culminando na decisão de construir Brasília em sua atual localização, no Planalto Central.

Apesar dos inúmeros estudos, somente no Governo de Juscelino Kubitschek o projeto da nova capital se consolidou, ele já tinha prometido em sua campanha eleitoral em 1955 que cumpriria a Constituição e transferiria a Capital Federal para a região do Planalto Central e logo após a sua posse iniciou os trabalhos para a garantia da sua efetivação. Em 1956 criou a Companhia de Urbanização da Nova Capital (NOVACAP) e logo após foi lançado o “Concurso Nacional do Plano Piloto para a Nova Capital do Brasil”, do qual Lúcio Costa apresentou a proposta vencedora, selecionada em março de 1957. O arquiteto, formado pela Escola Nacional de Belas Artes, era um dos mais influentes membros do Movimento Moderno Brasileiro e seu plano previa as diretrizes preconizadas na Carta de Atenas, defendidas no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM (HOLANDA, 2002; TREVISAN, 2009).

O projeto previsto para quinhentos mil habitantes possuía um sistema de circulação com hierarquização do sistema viário, composto por vias expressas, coletoras e locais; além da separação definida das funções urbanas, com homogeneidade de atividades e zonas exclusivas para funções administrativas, comerciais, residenciais, parques e áreas verdes articuladas ao plano (HOLSTON, 1993; TREVISAN, 2009; OLIVEIRA, 2016).



FIGURA 6 - PLANO PILOTO DE BRASÍLIA.

Fonte: OLIVEIRA, 2016, p. 105

Brasília se constituiu como um palco de contradições, uma cidade cheia de simbolismos, imbuída de ideias utópicas socialistas, sonhada como cidade ideal, sem problemas sociais, com espaços destinados a todas as classes, mas já nasceu segregada e desigual, com seus trabalhadores residindo nas cidades satélites e um altíssimo investimento para realização do projeto do plano piloto. Ao mesmo tempo que a cidade havia sido criada com o objetivo de ser um polo de desenvolvimento regional, se constituiu com a função exclusivamente administrativa, mas ainda assim, a sua construção culminou na construção de

uma rede de rodovias e de infraestrutura que atraiu atividades econômicas e conseqüentemente colaborou para a ocupação do planalto central, consolidando em menos de meio século uma população estimada de 3 milhões de habitantes na Capital e mais de 4 milhões de habitantes na região metropolitana, consolidando-se como uma das maiores metrópoles do país.

Palmas - TO

Palmas, construída após três décadas, era mais uma nova capital erguida no meio do cerrado, para abrigar o novo estado criado a partir da Constituição de 1988. Concebida em um momento histórico de abertura do mundo ocidental à política econômica neoliberal, fortalecida pelo Consenso de Washington (1989), que difundia as experiências de caráter neoliberal na América Latina com o objetivo de incluir seus países na rota de abertura da fronteira capitalista mundial. Dessa forma, a implantação da cidade de Palmas, no centro do Brasil, em um território de ocupação rarefeita, tinha como claro objetivo a abertura de novas fronteiras para o desenvolvimento capitalista, fomentando por meio da produção do espaço urbano e da rede de infraestrutura regional o desenvolvimento agrícola daquela região.

A “última capital planejada do século XX”, teve seu projeto contratado pelo então Governador Siqueira Campos, que escolheu o escritório goiano *Grupo Quatro* para desenvolvê-lo. O projeto foi concebido, no centro geográfico do Estado e no centro geodésico do Brasil, para abrigar uma população inicial de 300 mil habitantes, com previsão de até 1,5 milhão. A área urbanizável destinada à implantação compreendia 100 Km² e a área de expansão duas vezes maior. O projeto previa a construção de superquadras residenciais a partir de um padrão básico de desenho urbano em forma de grelha, de aproximadamente 700x700 metros, podendo abrigar uma população de 8 a 12 mil habitantes, sendo cada uma delas objeto de parcelamento próprio (PALMAS, 2005; VELASQUES, 2010; CORIOLANO, 2011).

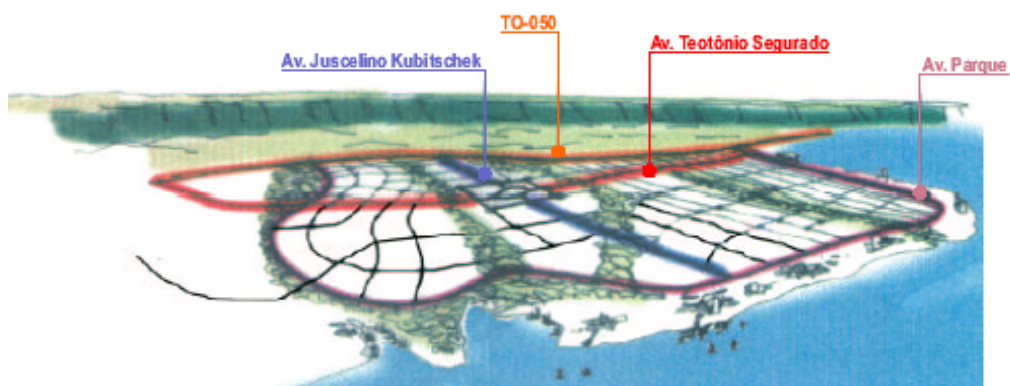


FIGURA 7: PLANO URBANÍSTICO ORIGINAL (GRUPO 4)
Fonte: Caderno Revisão do Plano Diretor de Palmas, 2005.



FIGURA 8: PERSPECTIVA DE PERFIL DA CIDADE - SENTIDO LESTE-OESTE (GRUPO 4)

Fonte: Grupo Quatro, acesso em 18/09/2021

O Plano diretor urbanístico foi concebido visando à funcionalidade do uso e da ocupação do solo, a partir do qual pensou-se na segmentação das atividades econômicas e administrativas. Nesse sentido, se estruturou, por um lado, o centro administrativo, no cruzamento dos principais eixos da cidade, configurando uma situação de monumentalidade que visou manter a visibilidade do poder do Estado e, por outro lado, um “plano-piloto” com áreas específicas para moradia, comércio, indústrias e áreas mistas.

Neste contexto, a nova capital representava o desenho de uma nova história (urbana) em um território isolado e esquecido, em decadência econômica, um marco zero para a construção de um novo espaço. Consolida assim, o projeto da “Marcha para o Oeste”, enquanto estratégia de ocupação da região centro-norte e conseqüentemente da Amazônia, enquanto “fronteira de novas oportunidades” para expansão capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando com este artigo problematizar a dinâmica de expansão capitalista e compreender a produção de cidades novas enquanto estratégia para atender as necessidades de controle do território, especificamente com o objetivo de ocupação do centro do País rumo à Amazônia. Longe de cessarmos esse debate, compreendemos a criação dessas cidades-capitais, não somente como lócus de reprodução do sistema capitalista, como as demais cidades do mundo, mas também como espaço livre pra reprodução das ideias neoliberais, funcionando como um laboratório de expansão deste sistema.

É importante considerarmos, conforme Lacaze (1992), apud (VELASQUES, 2010), que o urbanismo pode ser considerado como um “ato de poder”, com um forte caráter ideológico e simbólico, repleto de um planejamento intencionado, de acordo com a conjuntura social, histórica e política, refletindo diretamente no território.

As cinco cidades novas, capitais planejadas concebidas desde o início do período republicano, se configuraram como espaços estratégicos para a organização das atividades capitalistas no território, a dinâmica de produção do espaço dessas capitais foi fomentada diretamente pelo Estado, que utilizou o urbanismo como instrumento de controle, conquista e colonização dos territórios. As cidades novas, neste contexto se estruturaram enquanto parte desta estratégia de poder e controle, reconfigurando o espaço urbano e regional.

Estas cidades tiveram um processo acelerado de ocupação e urbanização, principalmente em função da migração fomentada pelas estratégias e programas nacionais de desenvolvimento para o centro-norte e para a Amazônia, tornando-se em pouco tempo polos de desenvolvimento regional. Dessa forma, a implantação das cinco capitais carregava em si os mesmos objetivos: ser o centro administrativo de seus respectivos Estados, concentrar o poder, organizar o território e se constituir como fronteira para o desenvolvimento capitalista e ocupação da região central do país, rumo à Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BECKER, Bertha K.; VIEIRA, Ima C. Guimarães (Org.). *As amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica*. (Org. Vieira). Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro-oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN, Goiás: UCG, 1988.
- BRENNER, Neil. *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2018.
- CARLOS, Ana Fani A. *A cidade*. 8ª Edição São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *A Questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- CHAUL, Nasr Fayad. Marchas para o Oeste. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (org.). *Relações cidade-campo: fronteiras*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.
- CORIOLOANO, G. P. *Plano Diretor Participativo de Palmas: análise da aplicação de instrumentos urbanísticos para a redução das desigualdades socioterritoriais*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Tocantins. PPGDR/UFT: Palmas, 2011.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 12ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- _____. *A produção capitalista do espaço*. 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2006.
- HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*/ James Holston; Tradução Marcelo Coelho.- São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- _____. *O Direito a Cidade*. São Paulo: Ed. Centauro (5ª Edição), 2009.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993, 310 p.
- LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MACHADO, Thiago Ramos. *O poder do atraso na produção do espaço urbano: O caso de Palmas, Tocantins*. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano* São Paulo, Contexto, 2009.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996. DOI: 10.1590/ts.v8i1.86141. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86141>. Acesso em: 2 ago. 2021.

MORAES, Lucia Maria. *A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*. Goiânia. Ed. UCG. 2006

MOYSÉS, Aristides. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Contornos da fronteira capitalista no século XXI: um olhar sobre o Cerrado e a Amazônia. *Caminhos de Geografia*, Ed. Especial – I CIGEO-DR, p. 76-88, dez./2020.

OLIVEIRA, Lucimara Albieri de. *Centros urbanos e espaços livres públicos: produção e apropriação em Palmas-TO*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo – PPGAU/USP. São Paulo, SP. 2016.

RAMALHO, Paulina Onofre. *Lugar de Memória: o plano urbanístico de Boa Vista – RR*. Dissertação (Mestrado Profissional) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5ª Edição. São Paulo: Edusp, 2009

TREVISAN, Ricardo; FICHER, Silvia; MATTOS, Frederico. *Brasil: um século, cinco Cidades Novas administrativas* - Anais ENANPUR, São Paulo, 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesseoes_Tematicas/ST%207/ST%207.2/ST%207.2-02.pdf

TREVISAN, Ricardo. *Cidades novas*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. *A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima*, Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo – PPGH/USP. São Paulo, SP. 2009.

VELASQUES, Ana Beatriz Araujo. *A concepção de Palmas (1989) e sua condição moderna*. Tese (Doutorado em Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROURB/UFRJ: Rio de Janeiro, 2010.